

## **Nova queda na competitividade da economia brasileira**

O último relatório do Fórum Econômico Mundial mostrou que a economia brasileira perdeu 6 posições no *ranking* de competitividade em relação ao ano passado.

## **Finanças Públicas: à espera da emenda**

Com o 6º déficit mensal no ano, finanças do Setor Público Consolidado sofrem os efeitos da deterioração fiscal quase inercial, que só terá chance de ser contida com a aprovação do teto para as Despesas Primárias.

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

**UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS**

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Nova queda na competitividade da economia brasileira

O último relatório do Fórum Econômico Mundial mostrou que a economia brasileira perdeu 6 posições no *ranking* de competitividade em relação ao ano passado.

O Fórum Econômico Mundial divulgou, na semana passada, a versão mais recente do Relatório Global de Competitividade (2016-2017). O objetivo desse levantamento é ordenar os países de acordo com o grau de competitividade de suas economias. Trata-se de um importante subsídio, principalmente para os formuladores de política, no sentido de indicar os fatores que viabilizam o crescimento econômico sustentado e o aumento da eficiência.

A metodologia considera vários tipos de indicadores. Por um lado, são utilizadas estatísticas de bases oficiais, tanto em nível nacional quanto internacional. Além do aspecto quantitativo, realiza-se uma pesquisa qualitativa, através de questionários aplicados junto a executivos de relevância, que indicam os principais problemas que dificultam a realização de negócios no seu respectivo país.

São três grandes índices ao todo. O primeiro deles diz respeito aos “requisitos básicos”, ou seja, contempla questões relacionada às instituições, à infraestrutura, à estabilidade macroeconômica e à saúde e à educação primária. O segundo é a “promoção da eficiência”, que inclui a educação superior e a capacitação, a eficiência do mercado de trabalho e de bens, a sofisticação do mercado financeiro, a capacidade de absorção tecnológica e o tamanho do mercado. Por fim, há um componente específico para “inovação e sofisticação”, composto por dois subconjuntos. Ao todo, portanto, são 12 pilares para avaliação.

Cada uma dessas três partes apresenta diferentes ponderadores, classificadas de acordo com o grau de desenvolvimento de cada país, medido pelo tamanho do PIB *per capita* em dólares. São três estágios ao todo, além das duas transições possíveis: economias mais dependentes dos fatores de produção (estágio 1), passando pelas orientadas pela eficiência (estágio 2) até chegar naquelas onde a inovação desempenha papel central (estágio 3).

Os resultados da pesquisa mostram um quadro bastante preocupante para o Brasil: entre 138 países, ocupamos a 81ª primeira posição, 6 a menos em relação ao levantamento anterior. O documento cita que esse recuo ocorreu em um contexto de deterioração dos termos de troca, ou seja, da queda dos preços dos produtos exportados pelo Brasil em comparação com os importados. Também menciona a turbulência política como fator relevante para a perda de competitividade.

No primeiro subíndice, o Brasil ficou na 103ª colocação. O principal destaque negativo ficou por conta do ambiente macroeconômico (126ª), decorrente da alta inflação (126ª, onde antes ocupávamos a posição 113) e do elevadíssimo déficit nominal como proporção do PIB (130ª, ante posição 126). No quesito

instituições, a situação também é muito ruim, já que ocupamos a posição 120. A confiança nos políticos ocupou o último lugar no *ranking* mundial, enquanto o fardo das regulamentações governamentais (137ª) e a transparência do Setor Público (130ª) também chamam a atenção.

No que tange à eficiência, o Brasil ocupa a posição 61, piorando em comparação com o levantamento anterior (55). Aqui, somos beneficiados pela extensão do mercado consumidor, medido pelo tamanho do PIB em dólares (8º lugar). Contudo, os resultados da eficiência do mercado de bens (128ª colocação) são prejudicados pelas travas no âmbito microeconômico, como o número de dias (135ª) e de procedimentos (122ª) para se iniciar um negócio. A eficiência do mercado de trabalho também é muito baixa (117ª), como é possível atestar pela baixa flexibilidade na determinação de salários (119ª) e da dificuldade em contratar e demitir trabalhadores (137ª).

No âmbito da inovação e da sofisticação dos fatores de produção (72ª), o segundo é o principal destaque negativo (100ª). Isso se deve, sobretudo, à baixa disponibilidade de cientistas e engenheiros (111ª), dos contratos para a aquisição de produtos tecnológicos por parte do governo (112ª) e da pequena sinergia entre universidades e indústria para pesquisa e desenvolvimento (90ª).

No aspecto qualitativo, os executivos consultados indicam os cinco problemas principais que dificultam a realização de negócios. No caso do Brasil, a carga tributária ficou com a primeira colocação, com 15,9% das respostas. Em segundo, veio a corrupção, com 13,6%, seguida pelos regulamentos tributários (12,5%). A burocracia estatal (11,9%) e a instabilidade política (9,2%) completam os cinco principais pontos.

Os dados do Relatório evidenciam a contínua deterioração longo do tempo da competitividade do Brasil. Desde a pesquisa realizada em 2012, o Brasil, que chegou a ocupar a posição 48, já perdeu 33 colocações. Além de não avançarmos na agenda microeconômica, pioramos consideravelmente a gestão no âmbito macroeconômico.

O primeiro passo para melhorarmos a nossa situação passa pela consolidação do ajuste fiscal do governo, que por sua vez também contribui para a estabilidade do nível de preços. Para tanto, a chamada “PEC do teto” e a Reforma da Previdência são essenciais. Além disso, precisamos dar conta da agenda de reformas que visa tornar a produção mais eficiente. Isso passa pela privatização e concessões de diversos modais de transporte, bem como pela garantia de segurança e jurídica e dos direitos de propriedade. A abertura comercial possibilitada pela negociação de acordos bilaterais também é fundamental.

## Finanças Públicas: à espera da emenda

Com o 6º déficit mensal no ano, finanças do Setor Público Consolidado sofrem os efeitos da deterioração fiscal quase inercial, que só terá chance de ser contida com a aprovação do teto para as Despesas Primárias.

Em agosto, o Setor Público Consolidado (SPC) apresentou Resultado Primário negativo em R\$ 7,9 bilhões (-1,5% do PIB), o sexto déficit registrado neste 2016. No ano, o SPC acumula -R\$ 58,8 bilhões (1,4% do PIB) em déficit, resultado R\$ 58,7 bilhões mais negativo que aquele verificado nos primeiros oito meses de 2015.

Apenas o Governo Central contribuiu com -R\$ 68,2 bilhões (-1,7% do PIB) para o déficit fiscal que já se acumula em 2016, sendo insuficientemente compensado pelo esforço dos Estados e municípios em +R\$10,7 bilhões (+0,2% do PIB).

A abertura do orçamento do Governo Central mostra que a permanência da queda das Receitas (-13,9% reais) foi o *driver* mais preponderante no mês, puxadas pela COFINS (-2,1 pontos percentuais de contribuição) e Receitas Previdenciárias (-1,9 p.p.).

Mesmo com a queda na arrecadação as Despesas Primárias (+2,0%) continuaram a crescer em termos reais e contribuir para o péssimo resultado fiscal. No mês a principal fonte de pressão continua a ser os Benefícios Previdenciários, que contribuíram com 5,0 p.p. para o crescimento, seguidos do Abono e seguro-desemprego (+0,3 p.p. de contribuição).

O resultado mensal das Despesas acabou compensado pela contribuição negativa da Desoneração da Folha de Pagamento (-0,7 p.p.) e dos Subsídios e subvenções (-0,6 p.p.). Quanto à última segmentação, a maior contribuição veio da redução nas despesas com Equalização de juros em empréstimo no PRONAF (-0,3 p.p.).

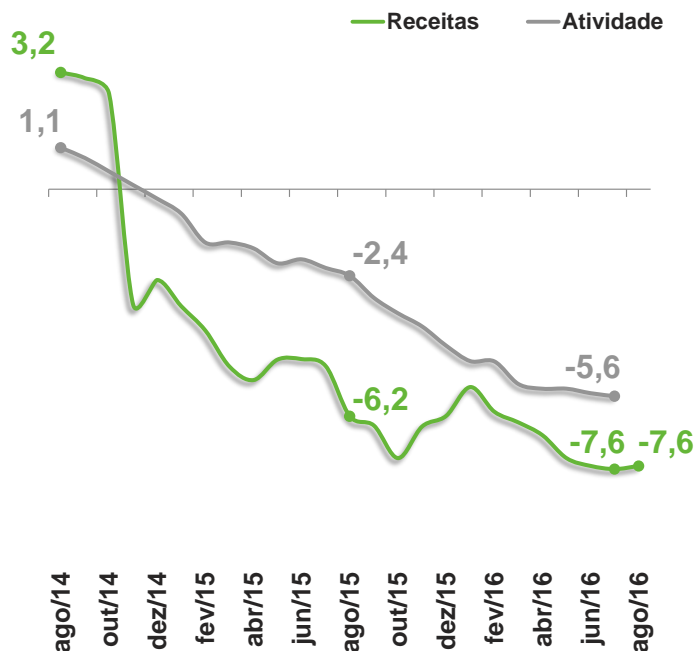
Os resultados das contas no mês elevaram a Dívida Bruta a 73,2% do PIB, fato que não se repetia desde outubro de 2003. Isso representou crescimento de 4,5 p.p. sobre a posição em igual período de 2015. Desse total, a Dívida Interna mobiliária (+46,5% do PIB) segue sendo a maior parte, seguida daquela em Operações compromissadas e Títulos livres no Banco Central (+21,3%).

Um ponto positivo a salientar é a redução no custo nominal da dívida líquida (21,0% a.a.), que caiu 8,2 p.p. sobre igual período de 2015. Entretanto, mesmo assim a insuficiência do desempenho do Resultado Primário impede a estabilização do indicador. A título de informação, dados os atuais taxas de crescimento e juros implícitos, seria necessário um Resultado Primário próximo 8,2% do PIB para estabilizar a dívida.

O cenário fiscal de agosto mostra o esgotamento dos instrumentos utilizados desde o Plano Real pelo Governo Federal para manter a solvência das contas públicas. Nesse cenário, é difícil imaginar a recuperação das finanças federais sem a aprovação de novos instrumentos para controlar as pressões sobre as Despesas. Passadas as eleições municipais, fica a dúvida se o Congresso aprovará a PEC 241/2016 ainda este ano.

### Receitas Federais vs Atividade Econômica

(Em var. % real acum. 12 meses | IPCA – ago/16)



Fonte: BCB; IBGE; STN. Elaboração: UEE/FIERGS

### Resultado do Governo Central em Agosto/16

(Em valores reais | IPCA – ago/16)

	Em R\$ bilhões		Var. %	Influência
	2015	2016	real	real
<b>RECEITAS</b>	<b>104,0</b>	<b>91,3</b>	<b>-12,2</b>	<b>-12,2</b>
Receitas da Receita Federal	62,7	53,9	-14,1	-8,5
Imposto de Renda	19,6	18,9	-3,3	-0,6
COFINS	18,5	16,3	-11,6	-2,1
CSLL	3,4	3,5	0,7	P
PIS/PASEP	4,8	4,3	-10,6	-0,5
IPI	4,3	3,4	-20,6	-0,8
Imposto de Importação	3,6	2,8	-22,9	-0,8
Outros tributos	8,6	4,7	-44,7	-3,7
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	n. a.	n. a.
Receitas da Previdência Social	30,5	28,5	-6,4	-1,9
Outras Receitas do Gov. Central	10,8	8,9	-17,9	-1,9
Receitas do Fundo Soberano	0,0	0,0	n. a.	n. a.
<b>DESPESAS</b>	<b>155,0</b>	<b>147,6</b>	<b>-4,8</b>	<b>-4,8</b>
Transf. a Estados e Municípios	17,7	16,3	-7,7	-0,9
Despesas do Tesouro Nacional	55,7	51,5	-7,6	-2,7
Obrigatórias	34,0	31,6	-7,2	-1,6
Pessoal e encargos sociais	19,8	19,3	-2,5	-0,3
Abono e Seguro desemprego	4,7	5,2	11,5	0,3
Auxílio CDE	0,0	0,0	n. a.	n. a.
Assistência social (LOAS e RMV)	3,8	4,1	6,9	0,2
Desoneração folha pag	2,1	1,0	-50,7	-0,7
FUNDEB (complem. União)	0,8	0,8	-4,9	-0,0
Subsídios e subvenções	0,9	-0,0	-102,3	-0,6
Outras Obrigatórias	1,9	1,1	-40,0	-0,5
Discricionárias	21,7	19,9	-8,3	-1,2
PAC	4,1	2,5	-38,6	-1,0
Min. da Saúde	7,8	7,9	0,8	0,0
Min. do Des. Social	2,8	2,6	-7,8	-0,1
Min. da Educação	2,7	2,4	-8,7	-0,2
Outras Discricionárias	4,3	4,5	3,7	0,1
Benefícios Previdenciários	36,1	43,8	21,5	5,0
Subtotal - Despesas Primárias	109,5	111,7	2,0	1,4
Juros Nominais	45,5	35,9	-21,0	-6,2
Ajustes e discrepâncias metodológicas	-2,0	0,2	-110,6	-110,6
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-7,6</b>	<b>-20,1</b>	<b>166,4</b>	<b>166,4</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>-53,0</b>	<b>-56,1</b>	<b>5,7</b>	<b>39,8</b>

Fonte: STN; IBGE. Elaboração: UEE/FIERGS.